

Jornalismo, hegemonia e conhecimento: leituras sobre uma proposta de práxis contra-hegemônica em Antonio Gramsci e Adelman Genro Filho¹

Journalism, hegemony and knowledge: readings about a proposal
for counter-hegemonic práxis in Antonio Gramsci and Adelman Genro Filho

Periodismo, hegemonía y conocimiento: lecturas sobre una propuesta
de práxis contrahegemónica em Antonio Gramsci y Adelman Genro Filho

Clarissa do Nascimento Peixoto

Universidade Federal de Santa Catarina | clarissa.jnl@gmail.com

Samuel Pantoja Lima

Universidade Federal de Santa Catarina | samuca13@gmail.com

Submissão: 4 out. 2021

Aceite: 7 dez. 2021

¹ Este artigo foi originalmente apresentado durante o congresso da Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación (Alaic), em 2020. Aqui, apresentamos uma versão revisada e ampliada.

Resumo: A reflexão teórica da qual se derivou este artigo buscou evidenciar as conexões entre o conceito de hegemonia gramsciano e o de jornalismo como forma social de conhecimento, conforme propõe Adelman Genro Filho (2012), para pensar possíveis leituras de uma práxis jornalística contra-hegemônica. Abordamos de forma mais vertical e dialogicamente as noções de hegemonia em Antonio Gramsci e o conhecimento jornalístico, a partir do legado de Genro Filho, que propõe uma teoria marxista do jornalismo, fundamentada no conceito de práxis, de Karl Marx. Discutimos, à luz do referencial teórico e de práticas contra-hegemônicas no jornalismo, elementos para uma práxis jornalística que enfrente as relações hegemônicas a partir da produção de conhecimento socialmente relevante à luta de classes e à disputa de ideias na sociedade contemporânea.

Palavras-chave: jornalismo; hegemonia; conhecimento; práxis contra-hegemônica.

Abstract: The theoretical reflection from which derived this article aimed to highlight the connections between the concept of Gramscian hegemony and the journalistic as social form of the knowledge, as proposed Adelman Genro Filho (2012), for thinking about possible readings of a counter-hegemonic journalistic praxis. We approach the more vertical and dialogic way the notion of hegemony of Antonio Gramsci and the journalistic knowledge, using as a basis the legacy of Genro Filho who proposes a Marxist theory of journalism, based on Karl Marx concept of the praxis. We discuss, focused on theoretical referential and counter-hegemonic practices in journalism, elements for a journalistic praxis that faces hegemonic relations from the production of socially relevant knowledge to the class struggle and to the dispute of ideas in contemporary society.

Keywords: journalism; hegemony; knowledge; counter-hegemonic praxis.

Resumen: La reflexión teórica de la que deriva este artículo buscó resaltar las conexiones entre el concepto de hegemonía gramsciana y el periodismo como forma social de conocimiento, como propone Adelman Genro Filho (2012), para pensar en posibles lecturas de una praxis periodística contrahegemónica. Abordamos de manera más vertical y dialógica las nociones de hegemonía en Antonio Gramsci y el conocimiento periodístico partiendo del legado de Genro Filho, que propone una teoría marxista del periodismo, basada en el concepto de praxis de Karl Marx. Discutimos, a la luz de lo marco teórico y las prácticas contrahegemónicas en el periodismo, elementos para una praxis periodística que enfrente las relaciones hegemónicas desde la producción de conocimiento socialmente relevante para la lucha de clases y la disputa de ideas en la sociedad contemporánea.

Palabras clave: periodismo; hegemonía; conocimiento; praxis contrahegemónica.

Introdução

Com foco no jornalismo como instrumento de resistência ao sistema hegemônico, a pesquisa da qual se derivou este artigo buscou desenvolver uma exploração teórica partindo das conexões entre o conceito de hegemonia gramsciano² e o jornalismo como forma social de conhecimento, conforme propõe Adeldo Genro Filho (2012), para pensar possíveis leituras de uma práxis jornalística contra-hegemônica. No percurso teórico, refletimos também sobre a práxis jornalística no atual contexto hegemônico e as experiências jornalísticas alternativas no Brasil, considerando o papel dos movimentos sociais e do ativismo comunicacional, da cultura digital e do jornalista. Nesta versão revisada e atualizada, pretendemos refletir, de forma mais vertical e dialogicamente, sobre as noções de hegemonia em Antonio Gramsci (1968; 2001; 2007; 2014) e o conhecimento jornalístico, a partir do legado de Genro Filho, que propõe uma teoria marxista do jornalismo, no horizonte do conceito de práxis³.

Nesse sentido, compreender o jornalismo a partir da chave conceitual da hegemonia gramsciana requer pensar a práxis jornalística também como reflexo das relações de poder e de disputa por hegemonia na sociedade. Primeiro, porque a hegemonia se realiza em uma unidade teórico-prática, cimentada por uma ideologia que seja capaz de conformar as relações produtivas e sociais em torno de certo consenso. Segundo, porque as forças que articulam um quadro hegemônico prescindem desse consenso constituído no discurso; logo, o jornalismo é um espaço público de relevância para consolidar determinada visão de mundo, na perspectiva de orientar uma lógica de pensamento e ação.

O conceito de práxis, a partir de Karl Marx, é o ponto de conexão teórica fundamental para esse provável diálogo entre o filósofo da Sardenha (Itália) e o pesquisador de Santa Maria (RS, Brasil). Tanto a teoria marxista do jornalismo, proposta por Adeldo Genro Filho, quanto o conceito de hegemonia, legado por Gramsci, têm em comum o conceito de práxis, que, de tão fundamental, virou adjetivo ao marxismo gramsciano, também conhecido como “filosofia da práxis”.

No horizonte gramsciano, a disputa da hegemonia – síntese de uma conformação social que reúne interesses de classe para dar direção ao conjunto da sociedade – requer conhecimento produzido por meio de uma práxis consciente das condições objetivas e em relação dialética com a subjetividade humana, entendendo a disputa da hegemonia como um processo histórico, e não como um momento catártico.

Na ordem subversiva ao jornalismo tradicional, pensar um campo contra-hegemônico precede registrar que Gramsci nunca formulou sobre o conceito de contra-hegemonia ou de hegemonia alternativa. Mas enfatizou, em sua obra, um sentido ativo e profundo de ação revolucionária, realizado na conexão entre diversas formas e ações de lutas. Para Gramsci, uma hegemonia alternativa emerge da classe trabalhadora compreendida em sua historicidade. Observa que esse conjunto de trabalhadores deve se converter em uma

² As referências à obra de Antonio Gramsci, neste texto, referem-se aos *Cadernos do cárcere*, produzidos entre 1929 e 1935.

³ O conceito de práxis é tomado a partir do sentido que lhe atribui Karl Marx, ou seja, “atividade livre, universal, criativa e autocriativa, por meio da qual o homem cria (faz, produz) e transforma (conforma) seu mundo humano e histórico e a si mesmo” (BOTTOMORE, 2001, p. 292).

classe com potencial de se tornar hegemônica frente ao domínio burguês. Se toda hegemonia está em constante processo de mudança e de contestação, a ideia de contra-hegemonia deve ser considerada como aspecto real e permanente de uma prática transformadora (WILLIAMS, 1980).

Uma práxis contra-hegemônica no jornalismo, para Gramsci, portanto, revela um esforço intelectual de constituir o conhecimento por meio de relações dialéticas entre subjetividade e objetividade, superando o senso comum e buscando uma integralidade do fato que promova o desvelamento da ideologia e desperte a consciência da classe trabalhadora.

Na proposta de Genro Filho (2012, p. 196), o jornalismo é compreendido e praticado como uma forma social de conhecimento. O autor defende um papel ativo do sujeito (jornalista profissional) como agente da produção de tal espécie de conhecimento, reconhecendo, para tanto, a potência subjetiva do ser humano diante da objetividade que, em processo mútuo de elaboração, encontra a práxis como critério. É a partir da práxis que “a objetividade pode ser revelada em seu movimento, como tendências e possibilidades concretas”, no mesmo processo dialético em que a subjetividade pode se reconhecer e enfrentar suas potencialidades e seus limites.

A práxis jornalística proposta por Genro Filho, em que realidade objetiva e subjetividade humana estão amalgamadas, parte da reconstrução da singularidade do fato para constituir as relações de particularidade e de universalidade subjacentes ao acontecimento. Por sua vez, Gramsci, no jornalismo integral, persegue uma ontologia jornalística, a partir da observação dos elementos do senso comum e de uma análise concreta da realidade, tendo em vista também a relação dialética entre objetividade e subjetividade.

Embora apresentem categorias diferentes para apresentar a ideia de práxis jornalística, há em comum nos autores a expansão da perspectiva histórica e a construção do conhecimento capaz de confrontar a ideologia dominante, dilatando a consciência social. Desse modo, é possível pensar o conhecimento jornalístico, constituído por tal práxis – amálgama consciente entre teoria e prática, objetividade e subjetividade –, que atue enfrentando as ideologias dominantes e busque a construção de novos consensos sociais – ou, pelo menos, de uma resistência que cumpra um papel de contingenciamento diante da hegemonia capitalista.

Longe de ser definitivo para a disputa de hegemonia – ou resistência a ela –, o jornalismo pode ser compreendido como um dos ambientes em que se pode observar as contradições sociais. Trata-se de um espaço social e político em permanente disputa e tensão. É nesse campo que surgem outros atores e canais públicos de debate, os quais, em maior ou menor grau de enfrentamento, buscam contestar a ideologia e a práxis de um jornalismo alinhado aos interesses dominantes – tipicamente representado pelos grupos econômicos de comunicação que formam a chamada “indústria da informação jornalística”.

Imersos nas contradições do capitalismo e, portanto, sujeitos à reprodução de fundamentos das ideologias hegemônicas, esses veículos e atores se articulam por meio da relação com organizações da sociedade civil, como os movimentos sociais e as lutas populares cotidianas. Produzem um conhecimento jornalístico que circula como insumo para as disputas ideológicas que ocorrem nos mais diferentes espaços (presenciais ou virtuais) e níveis distintos de sociabilidade. O exemplo mais acabado desse potencial é o caso Vaza

Jato, protagonizado por um pequeno site de jornalismo independente – *The Intercept Brasil (TIB)* –, que se constituiu como um front contra-hegemônico às forças políticas, jurídicas e midiáticas (o jornalismo *mainstream*, em peso) reunidas em torno da chamada Operação Lava Jato⁴.

Jornalismo, conhecimento e hegemonia

A afirmativa de que a existência material independe da consciência do indivíduo sobre ela remete à concepção elementar de conhecimento na perspectiva marxista (MARTINS, 2008). Marx (1987) criticou a filosofia que se limitou a interpretar o mundo: para ele, a tarefa do filósofo era transformá-lo. Ele observa a realidade concreta para entender como ela é modificada pelo processo histórico e por seu conjunto de determinantes (MARTINS, 2008). Nem Marx nem Gramsci distinguiram a ação do conhecimento. Para eles, a totalidade é resultante de uma práxis na qual conhecimento, história e política constituem os sujeitos capazes de operar uma hegemonia (SEMERARO, 2001).

A hegemonia, nesse sentido, é a formação de um bloco de forças sociais que implementam uma forma de dominação socialmente aceitável. Tal consenso é realizado, de acordo com o pensamento gramsciano, de forma ativa ou passiva pelos grupos hegemonzados, embora articulem modos de resistências. Em Gramsci, o termo inclui e amplia as ideias de cultura e de ideologia como “processo social total” e como “sistema de significados e valores que constituem a expressão ou projeção de um interesse particular de classe”. O conceito de ideologia é ampliado pelo de hegemonia, no qual é decisivo “não somente o sistema consciente de ideias e crenças, mas todo o processo social vivido, organizado praticamente por significados e valores específicos e dominantes” (WILLIAMS, 1980, p. 129-130).

Gramsci entende o conhecimento como uma das condicionantes na luta por hegemonia. No processo de enfrentamento contra-hegemônico, a práxis do sujeito precisa considerar o conhecimento das condições objetivas e subjetivas da realidade e o conhecimento das estratégias de ação, consideradas na amplitude dos modelos de formação econômica e social (MARTINS, 2008).

Genro Filho (2012, p. 52) afirma que, para Marx, a práxis, como uma ação prática dotada de consciência crítica, é o cerne do conhecimento. Isso porque não é possível separar “sujeito e objeto” ou, em outras palavras, a ação prática não está em relação opostora à teoria que a desvela: são partes de um todo. O autor argumenta que o conhecimento jornalístico se estabelece em um *continuum* que tem como principal elemento “a apropriação do real pela via da singularidade”, para reconstruir o fenômeno na sua essência e universalidade.

Pensando a história como processo das contradições sociais, e a política como arena de disputas que constituem o ser humano “em torno da qualificação da práxis social”, o jornalismo pode ser visto como “desalienante e humanizador” (GENRO FILHO, 2012, p. 58).

⁴ Em 10 de junho de 2019, o *TIB* publicou a primeira reportagem com dados das conversas entre o juiz Sérgio Moro e os procuradores da Operação Lava Jato. Estima-se que sete terabytes de conversas foram extraídos do aplicativo Telegram. O *TIB* publicou 38 reportagens próprias, além de 26 em parceria com a *Folha de S. Paulo*, 13 em parceria com o jornalista Reinaldo Azevedo (*Rádio Bandeirantes*), 12 em colaboração com o portal *UOL*, sete com a Agência Pública, seis com o jornal eletrônico *El País*, quatro com a revista *Veja* e uma com o site *Buzzfeed News*.

Dito de outro modo, quando o autor critica o conceito de objetividade, especialmente visto pelas lentes funcionalistas (matriz estadunidense), o faz acrescentando uma outra perspectiva, para além da crítica: Genro Filho destaca que a objetividade, no jornalismo, é inseparável da dimensão subjetiva da notícia – portanto, discorda da maioria dos autores que admite isso como uma limitação humana. Para ele, é a exata demonstração da potência humana que a subjetividade expressa.

No entanto, o autor acrescenta algo fundamental para caracterizar esse conhecimento jornalístico, produzido na espiral humana da práxis, como mediação dessa intensa interação entre as dimensões subjetivas e objetivas. Ele adverte:

Os fatos jornalísticos são um recorte no fluxo contínuo, uma parte que, em certa medida, é separada arbitrariamente do todo. Nessa medida, é inevitável que os fatos sejam, em si mesmos, uma escolha. Mas, para evitar o subjetivismo e o relativismo, é importante agregar que essa escolha está delimitada pela matéria objetiva, ou seja, por uma substância histórica e socialmente constituída, independentemente dos enfoques subjetivos e ideológicos em jogo (GENRO FILHO, 2012, p. 196-197, grifo nosso).

A crítica ao jornalismo tradicional, portanto, não se resume à falta de rigor diante de concepções teóricas ideais: observa, em perspectiva histórica, as relações que permeiam o fazer jornalístico, conformadas por discursos que sempre carregam ideologias das classes dominantes. Se a hegemonia, na atualidade, se expressa na lógica do “livre mercado”, há um ponto de referência no jornalismo comercial que hegemoniza a forma de pensar e produzir. A mesma técnica, que serve para manter uma hegemonia, possivelmente não contribui para transformar os valores e as estruturas sociais (VAZ, 2013).

Considerando o caso brasileiro, do ponto de vista teórico, os valores dominantes das escolas de jornalismo estadunidenses e europeias (ocidentais) foram assimilados. No entanto, a história da imprensa local reflete as bases da sociedade brasileira, fundada no escravismo, no patriarcalismo e na assimilação tardia do capitalismo, alinhado aos interesses internacionais. Essa tradição ajudou na assimilação deformada do próprio jornalismo comercial e da sua capacidade de ser espaço público. Nem mesmo as técnicas elementares do jornalismo estadunidense foram completamente incorporadas (LAGE, 2001), tampouco a tradição de luta em defesa da democracia liberal. Soma-se a esse histórico a concentração informacional, com regras para as concessões de radiodifusão instituídas sob o domínio de oligarquias políticas regionais, inviabilizando a pluralidade na arena pública. O discurso hegemônico simula a defesa da liberdade de expressão (LIMA, 2012), enquanto mantém o controle político sobre os meios de comunicação.

A disputa ou resistência ao sistema dominante requer uma práxis que tenha em seu cerne a produção do conhecimento crítico capaz de mobilizar processos históricos e políticos, desvelando ideologias. O jornalismo como uma ferramenta para o desvelamento das contradições sociais pode vir a ser um vetor da construção de novos consensos ou, ao menos, da resistência ao sistema hegemônico. Ao contrário disso, obedece a uma lógica de conformação social, expressa em seus preceitos seculares, como a busca de uma objetividade inalcançável e as supostas neutralidade e imparcialidade.

Da Sardenha a Santa Maria: um provável diálogo entre Gramsci e Genro Filho

Já afirmamos que a ponte teórica que liga as duas obras está fundamentada no conceito de práxis. E vamos começar por aí, retomando o sentido que lhe atribuí Marx, como uma “atividade livre, universal, criativa e autocriativa, por meio da qual o homem cria (faz, produz) e transforma (conforma) seu mundo humano e histórico e a si mesmo; atividade específica ao homem que o torna diferente de todos os outros seres” (BOTTOMORE, 2001, p. 292). O autor acrescenta que o conceito é central para o marxismo e se refere à atividade livre realizada pelo ser humano, particularmente as atividades de cunho político.

Marx (1987, p. 125-126) desenvolve a ideia de práxis nas *Teses sobre Feuerbach*, em que reforça que o materialismo não pode apreender a realidade ou a sensibilidade de forma objetificada ou intuitiva, mas “como atividade humana sensível”, como práxis, algo que não se dá apenas subjetivamente. Para ele, é na práxis, na ação consciente, que uma verdade pode ser demonstrada, ou seja, a práxis é “o caráter terreno do seu pensamento” e o modo pelo qual é possível transformar as circunstâncias. Em outra obra, Marx (2004) retoma o conceito de práxis descrevendo o homem como um ser da práxis, relacionando essa construção prática ao mundo objetivo do trabalho.

Na perspectiva da práxis, retornamos a compreensão de Genro Filho sobre o jornalismo com uma forma social de conhecimento. O autor defende que o jornalismo tem na singularidade o elemento central para se apropriar do real. A questão de fundo é como se dá a passagem da prática jornalística cotidiana à práxis transformadora. Sem a compreensão de que o resultado de seu labor é a produção de um tipo de conhecimento, socialmente relevante, que faz parte das disputas pela hegemonia das ideias, no cotidiano da sociedade, não é possível pensar nessa hipótese, porque seguiríamos com a separação entre sujeito-objeto, reduzindo o potencial do jornalismo ao mero exercício de “contar histórias” ou “fiscalizar o poder”. Sobre tal questão, Pontes (2017, p. 175, grifo nosso) escreve:

A transformação da prática jornalística em práxis passa, em todas as dimensões, pelo papel que a teoria exerce na exposição das categorias pertinentes. Genro Filho coloca o jornalismo no horizonte do projeto de transformação social, por justiça e igualdade e por um projeto socialista. Mais especificamente, aponta que a práxis jornalística na produção de notícias tem potencial revolucionário, pois pode apresentar “a realidade que transborda do conceito” com elementos do cotidiano para o cotidiano.

A ideia de jornalismo como forma de produção do conhecimento encontra simetria também na teoria gramsciana. Em contato direto com as massas, o jornalismo, para Gramsci, apreende conscientemente elementos do senso comum, para relacioná-los ao conhecimento científico a partir de uma perspectiva livre e consciente da classe trabalhadora. O entendimento do que Gramsci (1968) chama de “jornalismo integral” é aquele que tem como aspecto fundamental a superação da ideia de satisfação das necessidades do seu público – em que enfatiza a delimitação desse público pela perspectiva ideológica – pela ideia de o próprio jornalismo ser capaz de criar e desenvolver novas necessidades, gerando novo público e ampliando sua área.

Com efeito, o jornalismo integral gramsciano não busca neutralidade nem se contenta com o singular limitado a si próprio, no limite raso do sensacionalismo e do senso comum. Busca uma totalidade histórica para confrontar a ideologia dominante, promovendo a formação de uma consciência coletiva. Ele faz parte de um conjunto que atua organicamente para a construção de um novo bloco histórico que dispute a hegemonia na sociedade. Ao contrário do “jornalismo burguês”, que reproduz uma ideologia dominante na intenção de eternizá-la, o jornalismo integral busca a consciência do processo histórico, na perspectiva de inferir sobre a disputa da hegemonia e criar necessidades e consciências. Por isso, contempla o contexto e os elementos da realidade concreta, buscando uma visão integral das relações sociais às quais o fato e o acontecimento estão submetidos.

Gramsci busca construir uma relação dialética entre objetividade e subjetividade, refletida em sua proposta de jornalismo integral. Essa relação também está presente na perspectiva de Genro Filho (2012, p. 135), em que a singularidade é demarcada pela relação “objetiva-subjetiva”, na concretude do devir histórico. No entanto, adverte que “a imediatividade é sempre uma espécie de ‘simulação’”. O que aparece na relação imediata é o aspecto fenomênico e singular do real”. É também na dimensão singular – na qual o conhecimento jornalístico se cristaliza – que a disputa pela hegemonia se realiza, de forma intensa, cotidiana e permanente. Aqui, o autor dialoga diretamente com o filósofo sardo:

À medida que o fenômeno é apenas uma face do concreto, ele tanto revela quanto esconde a essência. *O singular, da mesma forma, não é mais do que uma das dimensões do concreto*, sendo um elemento constituinte do universal e também seu produto: não existe relação humana sem mediações objetivas e subjetivas. *Quando indivíduos presenciam diretamente um fato, a rigor, entre eles e o fato está a totalidade da história humana já percorrida*, as alternativas sociais que se abrem concretamente para o futuro e, além disso, as incertezas e opções individuais e sociais. *Isso quer dizer que o imediato e o mediato são duas faces de uma mesma moeda, momentos inseparáveis de uma mesma relação humana* (GENRO FILHO, 2012, p. 135, grifo nosso).

Dito de outro modo, percebemos que há um diálogo possível entre Gramsci e Genro Filho: a partir de um processo dialético entre teoria e prática e da análise da realidade concreta, articulada à perspectiva histórica, o jornalismo, invariavelmente, requer um tipo de práxis que busque a maior aproximação possível de uma ontologia do fato ou do acontecimento. Mas não uma totalidade reduzida a uma verdade absoluta, e sim uma construção polissêmica em que se exponham as concepções ideológicas e as contradições das forças hegemônicas em disputa.

Cabe registrar ainda a incompletude da obra de Genro Filho, falecido aos 37 anos, quanto à relação entre jornalismo e ideologia, como também a lacuna de uma teoria da notícia ou critério de noticiabilidade – vistos a partir do jornalismo como forma social de conhecimento. Contudo, parece-nos bastante oportuno retomar o conceito de hegemonia em Gramsci para incrementar mais ainda essa prosa entre o filósofo sardo e o jovem pesquisador santa-mariense.

No entendimento de Moraes (2016, p. 18, grifo nosso), a hegemonia está inserida em um “quadro da atividade cultural, moral e intelectual”, desdobrando-se em “*experiências e práticas ativas de produção de sentido, argumentação e persuasão*”, todas elas inseridas nas batalhas ideológicas e políticas que envolvem as classes em tensão e antagonismo na sociedade civil”.

É justamente nesse ponto que o diálogo se torna mais fecundo, quando se entrecruzam os conceitos de disputa da hegemonia e jornalismo como forma social de conhecimento. Para Moraes (2016, p. 20), concepções particulares de mundo utilizam os aparelhos de hegemonia para se legitimar na sociedade civil. O autor acrescenta que os meios de comunicação são atores políticos particularizados, com um alcance massivo e com capacidade de persuadir e interferir na “conformação de um imaginário coletivo”.

No caso das organizações empresariais de comunicação, com seu imenso poder de fala, potencializado pela presença de tais agentes nas chamadas “redes sociais” e na internet, de maneira geral, é possível afirmar que há uma notável simbiose de alto impacto na conformação da opinião dos indivíduos e da chamada “opinião pública” – com todos os limites que tal compreensão da hegemonia traz em si. Estão em jogo o poder de definir a agenda pública de debates, as relações de poder (e de influência constante) com o campo da política, a inegável capacidade de persuasão e convencimento – ao contrário da simplória “manipulação”, visão ainda presente nos setores que se autoidentificam com posições de esquerda no espectro político e social.

Em outras palavras, a imprensa vista como um “aparelho privado de hegemonia” paira como um espectro ideológico, como porta-voz da defesa das liberdades de expressão e do direito à informação que a instituição produz – a partir de uma rotina que privilegia a seleção de fontes, enfoque de classe e alcance das pautas contempladas em sua cobertura diária, nos diferentes veículos de comunicação – do *mainstream* à internet.

No entanto, é fundamental registrar que a disputa da hegemonia na complexa sociedade de classes contemporânea, atravessada por um sistema de comunicação randômico, não centralizado mais nas mídias tradicionais – embora estas continuem a exercer forte influência política –, é um processo que deve, obrigatória e necessariamente, ser examinado em sua totalidade, como fenômeno e essência inseparáveis, ou seja, não se pode olhar apenas os aspectos da estrutura (relações de produção), mas a intensa luta ideológica que se processa nas superestruturas da sociedade (Estado, igrejas, escolas, movimentos sociais, arte, cultura, etc.).

Jornalismo na perspectiva da luta contra-hegemônica

Uma práxis jornalística contra-hegemônica busca reestruturar o debate público por meio da equidade, da defesa de uma democracia radical e do interesse público. Não se trata da defesa da institucionalidade democrática, mas de uma atitude profunda que construa vias de manifestação midiática dos grupos sociais, rompa com a agenda oficial e se referencie numa lógica cidadã, em detrimento da lógica de consumo. Tal práxis confronta o monopólio da mídia tradicional, que vê o jornalismo como um produto de mercado, e não como uma esfera pública atenta às demandas sociais. O jornalismo, nessa perspectiva, exige um grau de ativismo, para além de uma apropriação técnica, metodológica e estética (OLIVEIRA, 2009).

Ao modificar a vida cotidiana, a internet alterou o modelo de produção, consumo e circulação das notícias, bem como o mercado da informação. Uma variedade de redes globais se constituiu, sobrepondo os limites do espaço e do território (ROVAI, 2018). Mesmo circulando de forma menos verticalizada, a internet está sob o comando da sociedade de hegemonia capitalista. Governos tentam limitá-la, enquanto o setor privado de comunicação e tecnologia mantém o controle do mercado, através do oligopólio digital global conhecido pela sigla GAFAM: Google, Apple, Facebook, Amazon e Microsoft.

De todo modo, o jornalismo digital no Brasil possibilitou que outras vozes participassem do debate público. Veículos desvinculados dos conglomerados de mídia diversificaram o jornalismo, de forma significativa, diante da histórica concentração dos meios de comunicação no país (ROVAI, 2018). As experiências jornalísticas que se autorreferenciam como alternativas caracterizam-se como organizações democráticas, participativas e de origem popular. Buscam ser independentes do Estado e do poder econômico (HAUBRICH, 2017). Veículos e práticas autodenominadas como jornalismo independente também surgem na identificação com a modalidade de produção e distribuição de conteúdo jornalístico articulada por projetos coletivos, com origem na rede e não atreladas a grandes corporações midiáticas ou a grupos políticos ou empresariais (AGÊNCIA PÚBLICA, 2016).

Embora com nomenclaturas diferentes, há semelhança nos objetivos, nas estratégias e nos processos criativos dessas mídias. Do ponto de vista editorial, adotam uma linha crítica e progressista, em defesa de valores democráticos, caracterizando-se como contra-hegemônica (PERUZZO, 2009). De algum modo, essas organizações jornalísticas, que surgem nas fissuras do sistema hegemônico, ganham impulso com a ação de profissionais desapontados com o trabalho nas mídias tradicionais. Funcionam com recursos limitados e trabalho voluntário, produzindo e circulando informações e opiniões, sem restrições espaciais (MICK; ESTAYANO, 2018).

Essas iniciativas disputam demandas com outros atores e buscam novos consensos que favoreçam as classes subalternas, nas quais elas próprias estão inseridas. Deparam-se com contradições e conservadorismo, pois fazem parte do ambiente hegemônico, formado por um circuito complexo e perene de ideias, com base em relações de poder. As ideologias dominantes podem se refletir nos discursos de veículos anti-hegemônicos, embora não anulem o objetivo transformador dessas mídias (MALERBA, 2013).

Na atualidade, a constituição de um campo contra-hegemônico, resultado de uma práxis consciente que tem como horizonte as demandas das classes subalternas (não necessariamente as tendo como público massivo), materializa-se como uma ação de contingência à hegemonia capitalista e também como um processo de acúmulo de forças para construir uma nova hegemonia. Com esse ponto de partida, o primeiro desafio de pensar o jornalismo à luz da relação sistema hegemônico *versus* campo contra-hegemônico diz respeito à natureza do jornalismo diante das contradições hegemônicas. Exacerbado em sua lógica de mercado, o jornalismo reflete e propõe a ordem do consumo, mantendo um modelo de vida baseado na exclusão. Essa percepção hegemônica do jornalismo, de certo modo, orienta a produção teórica, ainda inspirada em preceitos como objetividade, neutralidade e imparcialidade.

De forma correlata, a noção de jornalismo sempre foi disputada por um campo contra-hegemônico, demonstrando que cumpre uma função para o conjunto da sociedade. Na disputa da hegemonia do discurso jornalístico, em um ecossistema midiático de embates violentos (ROVAI, 2018), os critérios de decisão para a reconstrução do fato ou do acontecimento precisam ser transparentes: na versão, deve-se apresentar a concepção de mundo adotada e o conhecimento produzido deve demonstrar a ideologia que sustenta suas escolhas.

Enquanto campo teórico, o jornalismo também está em movimento. A academia é uma arena de disputa de hegemonia, influenciando as formas de compreender o jornalismo como campo de pesquisa. Também é correto dizer que o mercado dá o tom à formação em jornalismo, sobretudo naquelas instituições que atuam conforme a lógica da educação privada. No caso do Brasil, 61% do ensino do jornalismo é privado, cujo caráter prevaLENTE é mercadológico (MICK; LIMA, 2013).

Se, para Gramsci, a ação é sempre política e o conhecimento é resultado de uma práxis na qual teoria e prática estão amalgamadas criticamente, pressupõe-se que o jornalismo também requeira uma ação política. Quando seleciona fontes, delimita as informações que serão utilizadas e as interpreta, o jornalista faz escolhas políticas. Não há, portanto, contradição em compreender o jornalismo como um ambiente no qual marcas do ativismo se manifestam, desde que isso ocorra de maneira transparente, respeitando sempre a inteligência e a curiosidade do leitor (ou da audiência), como propõe Genro Filho (2012).

Como instrumento para a luta contra-hegemônica, o jornalismo procura desestabilizar estruturas hegemônicas de poder, consciente de que a sua não opção pelo consenso gera confrontos com os interesses em jogo. Reflete atuações contra o sistema capitalista, patriarcal e de exclusão social, racial e étnica, articuladas por organizações do movimento social ou por coletivos de jornalistas/comunicadores. Busca romper com a lógica neoliberal, em defesa da radicalização democrática e têm como estratégia a autonomia editorial das grandes corporações econômicas e dos grupos políticos dominantes. As mídias alternativas compõem um bloco heterogêneo, do ponto de vista político e editorial, atuando, em geral, orientadas por pressupostos éticos da profissão e por visões de mundo dissonantes daquelas reproduzidas pelo jornalismo convencional, dominante.

Esse bloco gera uma variedade de produtos jornalísticos, que vão desde aqueles que propõem uma ação mais militante e organizada – como veículos de partidos e de alguns movimentos sociais, a exemplo do jornal do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) –, passam pelos canais ligados aos movimentos de ativismo em comunicação (que mesclam jornalismo, ciberativismo e hacktivism), até aqueles veículos que não atuam em relação direta com a ação político-militante, mas buscam se diferenciar dos veículos tradicionais por mais rigor metodológico na produção jornalística e independência editorial.

No Brasil, a crescente desvalorização do trabalho para profissionais do jornalismo é outro aspecto que impulsiona a criação de alternativas. A multifuncionalidade, os vínculos precários, as jornadas de trabalho excessivas, a deterioração da saúde laboral e as demissões frequentes são fatores que obrigam os jornalistas a buscarem novos caminhos para continuarem na profissão. Soma-se ao contexto a concentração da mídia, que atinge o patamar de oligopólio, comprometendo a pluralidade política, necessária para as sociedades democráticas.

Essas iniciativas são desenvolvidas por coletivos de jornalistas e de comunicadores que buscam atuar livremente no jornalismo, articulados com movimentos sociais ou causas históricas dos excluídos, exercendo um nível de ativismo. Nesse sentido, é preciso observar se as relações de trabalho também não são precarizadas em detrimento do compromisso militante.

O ativismo é uma condição solicitada, de algum modo, quando se propõe um paralelo entre o novo intelectual de Gramsci e o jornalista que atua na luta contra-hegemônica. Há um amálgama entre identidade profissional e militante que, embora o discurso tradicional do jornalismo trate como contraditório, revela um profissional que se preocupa com uma práxis jornalística de novo tipo.

As experiências jornalísticas alternativas contemplam uma visão heterogênea. Em alguns casos, são mais próximas das lutas estruturais; em outros, atuam em defesa das causas identitárias e culturais. Movem-se de forma a modificar o cenário de oligopólios de comunicação, embora ainda não tenham ultrapassado um raio de público que dialogue mais amplamente com a população.

Ainda que influenciadas pelas lógicas hegemônicas, presentes no modo de produzir o jornalismo, seja no meio acadêmico ou no cotidiano laboral, buscam, nessa contradição, criar suas próprias formas de produção e circulação de notícias. Também se encorajam a enfrentar governos, instituições de poder e grandes grupos econômicos. Paralelamente, visibilizam outras formas de viver e pensar, contam a história daqueles que a grande imprensa ignora, estigmatiza e criminaliza, buscam ouvir as vozes excluídas dos debates latentes de nosso tempo. A diversidade nas perspectivas dessas mídias e de seus coletivos, bem como seus modos de pensar a existência humana, se reflete no jornalismo que defendem.

Pensando numa atuação de contingência ao sistema hegemônico e no acúmulo de forças para a construção de novos consensos sociais – e considerando a ideia de práxis jornalística apresentada neste artigo –, veículos e atores contra-hegemônicos podem ser reconhecidos pelo esforço para construir um conhecimento jornalístico, a partir do fato, que reconstitua a perspectiva histórica e desvele a ideologia dominante. No entanto, ainda se defrontam com os limites da própria hegemonia imanente ao seu fazer, seja a partir de pressupostos teóricos do próprio jornalismo, ou da própria limitação na leitura crítica da realidade, adensados pelas desigualdades de poder econômico e de fala na relação com o *mainstream*.

A *priori*, no atual estágio da luta por uma transformação social mais profunda, o conhecimento jornalístico produzido por essas experiências pode ajudar a conter a escalada de retrocessos no cenário brasileiro. A seu modo, esses veículos estão participando da mobilização social em torno de valores inclusivos, questionam os falsos entendimentos, convencidos a partir da ideia de neutralidade, e denunciam governos e instituições que atacam os direitos sociais e a precária liberdade democrática conquistada.

Considerações finais

Tendo como ponto de chegada a práxis contra-hegemônica no jornalismo, a síntese mais relevante da relação entre hegemonia, conhecimento e jornalismo é a capacidade de

transformação da realidade por meio da práxis. Se, para Marx, o conhecimento é resultado de uma ação prática imbuída de senso crítico, o jornalismo como uma forma social de conhecimento pode ser pensado a partir da lógica dos grupos sociais que não cedem à perspectiva dominante. Torna-se um instrumento de contestação da ideologia hegemônica e de disseminação e construção de outras formas de viver e pensar.

Na visão de Genro Filho, o conhecimento jornalístico se constitui, a partir do singular – que é a forma do jornalismo, em sua visão –, para encontrar as dimensões particulares e universais que sustentam o fato ou o acontecimento, o que o autor entende como conteúdo jornalístico insinuado pela subjetividade da ou do repórter. Na leitura gramsciana, também se busca uma integralidade no discurso jornalístico. Cabe explorar os nexos entre a proposta de jornalismo integral de Gramsci e a teoria marxista do jornalismo de Genro Filho: a relação entre as ideias de objetividade e subjetividade presentes, de forma indissociável, nas duas perspectivas; e a relação entre o singular (irrepetível), o particular e o universal, da obra de Genro Filho, em diálogo com a transversalidade presente entre o cotidiano e o simples à luz da consciência crítica, para a construção da integralidade do jornalismo ideal de Gramsci, na perspectiva de uma práxis humana transformadora.

Nos dois casos, referenciados em Marx, a práxis jornalística aparece como resultante de uma ação prática (técnica + observação do irrepetível/singular ou da informação/cotidiano), à luz de uma consciência crítica, que opera a relação entre objetividade e subjetividade, combinada com a perspectiva histórica e com a análise concreta da realidade: uma práxis capaz de produzir o conhecimento jornalístico, reconhecendo seu potencial revolucionário.

Por outro lado, o conceito de hegemonia, em Gramsci, também tem a práxis como categoria central, considerando as transformações sociais como um processo incessante de mudanças, idas e vindas, avanços e recuos, a depender das correlações de forças estabelecidas na arena da luta de classes, a saber: espaços e territórios nos quais homens e mulheres tecem suas lutas cotidianas, seus projetos, seus sonhos e suas utopias.

Produzir um conhecimento jornalístico calcado na relação dialética entre subjetividade e objetividade, partindo do singular para o particular, requer uma prática consciente das relações de poder constituídas no curso do devir histórico. Esse esforço parece estar presente entre veículos e atores que constroem alternativas contra-hegemônicas, embora também estejam imersos no sistema hegemônico e nos preceitos clássicos do jornalismo como campo teórico, revelando suas próprias contradições. Há um potencial promissor, em devir, nessa práxis jornalística contra-hegemônica, que se apresenta no crescimento de novos arranjos econômicos de jornalismo, alternativos à mídia hegemônica⁵, com um público cada vez mais expressivo, produzindo jornalismo de qualidade, a partir de outra visada política (e jornalística).

⁵ Segundo dados da pesquisa *Atlas da Notícia* – realizada pelo Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo (Projor) –, divulgados em fevereiro de 2021, houve, no Brasil, entre 2019 e 2020, um crescimento de 1.170 novos veículos digitais (grande parte do chamado jornalismo independente). Do ponto de vista dos números por mídia, temos: a) 4.403 emissoras de rádio; b) 4.221 veículos online; c) 3.229 veículos impressos; e d) 1.239 emissoras de televisão. Disponível em: <<https://bit.ly/3mqXrrN>>. Acesso em: 10 dez. 2021.

Do ponto de vista das experiências que compõem o conjunto contra-hegemônico no cenário comunicacional brasileiro, compreende-se como central a questão da proeminência do veículo ou da plataforma e dos coletivos que a sustentam. Acredita-se que usufruir da capacidade técnica e de circulação do veículo hegemônico para disseminar um pensamento dissonante, de alguma forma, é uma ação contestatória. No entanto, é fragmentada e não modifica as relações mais profundas que o jornalismo exerce na construção da opinião pública. O desvelamento da ideologia dominante é circunstancial, não corroborando uma construção mais integral do entendimento público e para a disputa de hegemonia.

Em última análise, o jornalismo como forma de conhecimento social, altamente relevante à vida das sociedades democráticas, neste alvorecer do século 21, passa por notáveis transformações e é um objeto em acelerada mutação (crise do modelo de negócios e, de forma mais profunda, crise de credibilidade e legitimidade social), mesmo que ainda se mantenha, “de forma dramática, a necessidade social da informação e do conhecimento produzido por ele, especialmente na era da indústria da desinformação, manipulação e fraude, conhecidas como *fake news*” (MICK; CHRISTOFOLETTI; LIMA, 2021, p. 10).

Estamos falando de uma quadra da história humana marcada pela superabundância de informações, que circulam socialmente em redes e plataformas na internet, incidindo potencialmente sobre as estruturas hegemônicas e contra-hegemônicas dos grupos e organizações de mídia – tradicional e independente.

Os valores seculares que sustentaram o jornalismo, histórica e socialmente, são nitidamente insuficientes para manter o discurso autorreferente baseado em conceitos como “objetividade”, “neutralidade” e “imparcialidade”. O resgate da contribuição de Gramsci e de Genro Filho, a partir das categorias de conhecimento (jornalístico) e hegemonia, ambos lastreados no entendimento seminal de práxis, a partir de Marx, podem iluminar o debate de novos valores que o conhecimento humano produzido pelo jornalismo precisa encarar.

Para além de questões como as que enfrentamos hoje, relacionadas à saúde pública e à democracia, as causas humanitárias que têm força global – agenda antirracista, direitos das mulheres (agenda feminista), mudanças climáticas bruscas (aquecimento global), fome, precarização do mundo do trabalho, etc. –, impulsionadas pelas redes sociais e pelo jornalismo independente publicado exclusivamente na internet, nos desafiam a pensar num tipo de conhecimento jornalístico que seja, de fato, um insumo estratégico nas disputas pela hegemonia de ideias na sociedade, local e globalmente, capaz de assumir claramente posições, sem abrir mão do primado da verdade, do rigor dos métodos de apuração e, especialmente, incluindo diversidade de posições e de fontes presentes na realidade histórico-social.

Referências

AGÊNCIA PÚBLICA. *O mapa do jornalismo independente*. São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://twixar.me/VDnT>>. Acesso em: 3 fev. 2018.

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

GENRO FILHO, Adeldo. *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*. Florianópolis: Insular, 2012.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. v. 1.

_____. *Cadernos do cárcere*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 3.

_____. *Cadernos do cárcere*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 2.

_____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

HAUBRICH, Alexandre. *Mídias alternativas: a palavra da rebeldia*. Florianópolis: Insular, 2017.

LAGE, Nilson. *A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LIMA, Venício A. de. *Liberdade de expressão x liberdade de imprensa: direito à comunicação e democracia*. São Paulo: Publisher Brasil, 2012.

MALERBA, João Paulo. Catarse e contra-hegemonia: contribuições teóricas gramscianas para a Comunicação Comunitária. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 36., 2013, Manaus. *Anais...* São Paulo: Intercom, 2013.

MARTINS, Marcos Francisco. *Marx, Gramsci e o conhecimento: ruptura ou continuidade?* Campinas: Autores Associados, 2008.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. Teses sobre Feuerbach. In: MARX, Karl; ENGELS, Frederick. *A ideologia alemã*. São Paulo: Hucitec, 1987. p. 125-126.

MICK, Jacques; CHRISTOFOLETTI, Rogério; LIMA, Samuel Pantoja. *Jornalismo local a serviço dos públicos: como práticas de governança social podem oferecer respostas às crises do jornalismo*. Florianópolis: Insular, 2021.

_____.; ESTAYNO, Sabina. Jornalistas na crise: as carreiras interrompidas na mídia e a estrutura dual da profissão (2012-2017). In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 16., 2018, São Paulo. *Anais...* Brasília: SBPJor, 2008.

_____. (Coord.); LIMA, Samuel. *Perfil do jornalista brasileiro: características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012*. Florianópolis: Insular, 2013.

MORAES, Dênis de. *Crítica da mídia e hegemonia cultural*. Rio de Janeiro: MauadX, Faperj, 2016.

OLIVEIRA, Dennis de. Jornalismo alternativo, o utopismo iconoclasta. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 7., 2009, São Paulo. *Anais...* Brasília: SBPJor, 2009.

PERUZZO, Círcia M. Krohling. Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço. *Galáxia*, São Paulo, n. 17, p. 131-146, jun. 2009.

PONTES, Felipe Simão. Adelmo Genro Filho e a teoria do jornalismo: 30 anos de *O segredo da pirâmide*. *Brazilian Journalism Research*, Brasília, v. 13, n. 1, p. 164-181, jan./abr. 2017.

ROVAI, Renato. *Um novo ecossistema midiático: a história do jornalismo digital no Brasil*. Buenos Aires: Clacso, 2018.

SEMERARO, Giovanni. Anotações para uma teoria do conhecimento em Gramsci. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 16, p. 95-104, abr. 2001.

VAZ, Ana Lucia. *Jornalismo na correnteza: senso comum e autonomia na prática jornalística*. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2013.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo y literatura*. Barcelona: Península, 1980.

Clarissa do Nascimento Peixoto

Jornalista e mestra em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pesquisadora do Observatório da Ética Jornalística (objETHOS) vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da UFSC. Atualmente, pesquisa sobre práxis jornalística em iniciativas contra-hegemônicas.

Samuel Pantoja Lima

Professor e pesquisador do curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atualmente, coordena a pesquisa nacional *Perfil dos jornalistas brasileiros (2021)*. É pesquisador do Observatório da Ética Jornalística (objETHOS) e do Laboratório de Sociologia do Trabalho (Lastro), ambos da UFSC. Foi um dos coordenadores da pesquisa *Governança social, produção e sustentabilidade para um jornalismo de novo tipo* (GPSJOR).